



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI N° 3012/2021

Denomina de Carlos Antônio Belarmino Alves (Carlos Belarmino) o Restaurante Popular do Estado localizado no município de Guarabira – PB. Parecerpela CONSTITUCIONALIDADE da matéria.

AUTOR(A): DEP. RANIERY PAULINO RELATOR (A): DEP. EDUARDO CARNEIRO – REDESIGNADO PARA O DEP. JUNIOR ARAÚJO

PARECER Nº 982/2021

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei n°3012/2021**, de iniciativa do (a)**Deputado** (a)**Raniery Paulino**,o qualbusca denominar o Restaurante Popular do Estado da Paraíba, localizado no município de Guarabira – PB, de Carlos Antônio Belarmino Alves (Carlos Belarmino).

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

Éo relatório.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise tem por finalidade nomear o restaurante popular do estado, localizado na cidade de Guarabira, de Carlos Antônio Belarmino Alves (Carlos Belarmino).

No que se refere à juridicidade, entendemos que projeto **não** diverge de princípios jurídicos que possam obstar sua aprovação por esta Comissão.Restando, ao contrário, inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio.

É de se notar que obedece o texto da **Lei n.º 6.454/1977**, que "Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências", uma vez que a matéria apenas atribui denominação, homenageando uma pessoa já falecida.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Por outro lado, quanto ao mérito da proposta, não restam dúvidas de que a homenagem é por demais justa, merecendo total apoio dos ilustres deputados por reconhecer a relevante contribuição do homenageadoCarlos Belarmino, falecido em 22 de junho de 2020, professor da UEPB e militante da segurança alimentar, da sustentabilidade e da inclusão social.

Portanto, diante do exposto e depois de retido exame da matéria, esta relatoria opina, seguramente, pela CONSTITUCIONALIDADEdo Projeto de Lei nº 3012/2021. É o voto.

Sala das Comissões, em 16 de agostode 2021.







JÚNIOR ARAÚJO
- Deputado Estadual RELATOR





ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO1

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade dos membros presentes, nos termos do voto da relatoria, opina pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 3012/2021.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agostode 2021.

PRESIDENTE

DED ANDERSON MONTEINS

Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO

Membro

Deputado Estadual

Dep. Jutay Meneses Membro DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO

DEP. JUNIOR ARAÚJO Membro

¹ Parecer elaborado com assessoramento institucional da Consultora Legislativa Maryele Gonçalves Lima, matrícula 290.108-1.